

TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Paulo Henrique de Carvalho Bueno

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Campus Oeiras, Oeiras, PI, Brasil.
ph21bueno@hotmail.com

Carlos Sait Pereira de Andrade

Universidade Federal do Piauí
Pós Graduação em Geografia, Teresina, PI, Brasil.
carlossait@ufpi.edu.br

RESUMO

Objetiva-se analisar e ressaltar a importância da dimensão territorial nas análises do ciclo das Políticas Públicas (formulação, implementação e avaliação). Argumenta-se que as espacializações e dinâmicas promovidas pelas Políticas Públicas no viver social se constituem o cerne da contribuição geográfica nesse campo temático. Logo, ao promover novas (re)produções espaciais, concretizam-se, também, processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R), dado o caráter (i)material do território. A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica sobre a temática, principalmente acerca das produções da Geografia sobre as Políticas Públicas e o conceito de Território. No Brasil, tem havido diversas investigações geográficas sobre as Políticas Públicas, contudo é recente o interesse dos geógrafos pela temática. A implementação de uma Política Pública sobre o Território dinamiza em função de que nesse processo há apropriação, controle e gestão do espaço-território por parte dos sujeitos envolvidos. Com efeito, as dinâmicas empreendidas, por todo o ciclo das políticas públicas, frente ao espaço, implicarão em novas dinâmicas na diáde forma/conteúdo, as quais podem ser lidas com base no conceito de território.

Palavras-chave: Território. Políticas Públicas. Geografia.

TERRITORY AND PUBLIC POLICIES IN A GEOGRAPHIC APPROACH

ABSTRACT

The aim is to analyze and emphasize the importance of the territorial dimension in the analysis of the Public Policy cycle (formulation, implementation and evaluation). It is argued that the spatializations and dynamics promoted by Public Policies in social living constitute the essence of the geographical contribution in this thematic field. Hence, by promoting new spatial (re) productions, processes of territorialization, deterritorialization and reterritorialization (T-D-R) are also materialized, given the territory's (im)material character. The research is based on a bibliographical review on the theme, mainly about the productions of Geography on Public Policies and the concept of Territory. In Brazil, there have been several geographic investigations on Public Policies, however the interest of geographers in this area is recent. The implementation of a Public Policy on the Territory dynamizes it because in such a process there is the appropriation, control and management of the space-territory by the subjects involved. Indeed, the dynamics undertaken throughout the public policy cycle in relation to space will imply new dynamics in the form / content dyad, which can be read based on the concept of territory.

Keywords: Territory. Public Policies. Geography.

INTRODUÇÃO

Há, em Serpa (2011), uma indagação que permite reflexões sobre as interfaces entre dois campos disciplinares distintos, mas que não se excluem. Este autor questiona sobre qual é o papel da Geografia frente às Políticas Públicas. Em um primeiro olhar, parece fácil a resposta, mas seu escrutínio revela as múltiplas facetas dessas inter-relações entre conhecimento geográfico e a formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas.

Nessa direção, objetiva-se analisar e ressaltar a importância da dimensão territorial nas análises do ciclo das Políticas Públicas (formulação, implementação e avaliação). Argumenta-se que as espacializações e dinâmicas promovidas pelas Políticas Públicas no viver social se constituem o cerne da contribuição geográfica. Logo, ao promover novas (re)produções espaciais, concretizam, também, processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2011).

A pesquisa se baseia em uma revisão bibliográfica sobre a temática, principalmente acerca das produções da Geografia sobre as Políticas Públicas e o conceito de Território. Nessa senda, para além de introdução e conclusão, o artigo se estrutura em duas seções: 1) Faz-se uma reflexão sobre como a Geografia tem abordado as Políticas Públicas. 2) Discute-se o conceito de Território e suas contribuições para as análises dessa temática.

GEOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ALGUMAS REFLEXÕES

O conceito de Políticas Públicas é polissêmico e tem sido alvo de muitas discussões desde seu surgimento como campo disciplinar nos Estados Unidos, com o objetivo de analisar as ações governamentais. Admite-se que quatro autores são considerados fundadores desta ciência: H. Laswell (1936) instituiu a análise de Política Pública; H. Simon (1957) elaborou conceitualmente a racionalidade condicionada aos decisores públicos; C. Lindblom (1959 -1979) debruçou-se sobre as relações de poder e a integração dos processos decisórios; e Easton (1965) definiu Políticas Públicas de forma sistêmica, com interferências desde sua formulação, resultados e o ambiente (SOUZA, 2006).

No Brasil, os estudos sobre a temática se iniciam na década de 1970 (MELO, 1999), com vistas a compreender as inter-relações entre Estado e sociedade civil na formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas. Na verdade, dado as repercussões das Políticas Públicas nas áreas econômicas, sociais, políticas e culturais, as pesquisas sobre o tema são alvo de diversas disciplinas, dentre elas a Geografia.

Souza (2006) historiciza os principais conceitos e modelos de análise de Políticas Públicas para, ao final, elaborar algumas considerações entre as teorias neo-institucionalistas e a análise de Políticas Públicas. Admite a existência de diversas definições, as quais se atrelam aos posicionamentos filosóficos e teóricos de cada estudioso. Contudo, apesar da amplitude conceitual encontrada, alguns elementos são nítidos:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p. 36).

As ideias postas por Souza (2006) remetem ao raciocínio que as Políticas Públicas, desde sua formulação, execução e avaliação, dinamizam significativamente a díade forma/conteúdo, as quais podem ser percebidas a partir das seguintes categorias geográficas: estrutura, processo, função e forma, conforme Santos (2008). Nessa direção, a estrutura corresponde à sociedade em todas suas dimensões; o processo se constitui nos movimentos e ações que modificam as estruturas, a função refere-se às significações dadas pela sociedade aos objetos e estruturas espaciais, o que assegura a existência e reprodução social, e a forma são as elaborações humanas (i)materiais que permitem as atividades cotidianas (SANTOS, 2008).

A discussão de Souza (2006) ainda aponta para uma visão holística das Políticas Públicas e para análises interdisciplinares nesse campo temático ao afirmar que

[...] do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está

nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006, p. 25).

As reflexões interdisciplinares indicadas por Souza (2006) incluem a Geografia como campo disciplinar capaz de fornecer elementos substanciais para as análises das Políticas Públicas. Nessa direção, tem-se que no âmbito geográfico internacional, em 1974, Harvey iniciou essa discussão ao refletir sobre “Que tipo de Geografia para que tipo de Política Pública?”. Em seu escrutínio, parte do pressuposto que a instauração do Estado Corporativo como instrumento de reprodução do *status quo* exige dos geógrafos novos enfrentamentos para compreender as contradições dessa instituição. Essa exigência “[...] surge de uma mistura estranha de ambição pessoal, imperialismo disciplinar, necessidade social e obrigação moral” (HARVEY, 2017, p. 488). Entretanto, as duas últimas são basilares para compreender as obrigações dos geógrafos no que se refere às Políticas Públicas, uma vez que remetem à responsabilidade dos pesquisadores para com a busca da diminuição das desigualdades em todas as suas faces (HARVEY, 2017).

De fato, em razão de as Políticas Públicas interferirem diretamente na produção espacial, torna-se essencial que se investigue a espacialidade das ações públicas e como estas promovem novas dinâmicas e (re)arranjos espaciais nas frações do espaço em que são materializadas. Contudo, o interesse geográfico na realidade brasileira por essa temática é recente, uma vez que somente em 2013, no X Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia – ENANPEGE, houve um grupo de discussão sobre “Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais”, o qual também se fez presente nos encontros de 2015 e 2017, apesar de, conforme Saquet (2010), diversos órgãos públicos voltados para o planejamento regional do país abrigarem geógrafos em seus quadros desde meados do século XX.

Dentre as pesquisas recentes têm-se as de Melazzo (2010), um dos coordenadores do grupo de trabalho aludido no ENANPEGE, que reflete acerca do ciclo das Políticas Públicas – formulação, implementação e avaliação. Ademais, expõe que a complexidade existente no campo das Políticas Públicas implica em interferências na prática do planejamento e gestão espacial. Para atingir seus objetivos, o autor mapeia e problematiza conceitualmente Políticas Públicas para adentrar discursivamente em sua formulação, processo de planejamento e planos de intervenções, questão central de sua análise minuciosa. Nessa direção, compreende que Políticas Públicas são:

[...] conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos, envolvendo procedimentos formais, informais e técnicos que expressam relações de poder e que se destinam à resolução de conflitos quanto a direitos de grupos e segmentos sociais ou como o espaço em que são disputadas diferentes concepções a respeito da formulação e implementação de direitos sociais, bem como sua extensão a diferentes grupos sociais (MELAZZO, 2010, p. 19).

As reflexões de Melazzo (2010) evidenciam as multifaces das Políticas Públicas, como campo de disputa de poder, repleto de conflitos, os quais possuem sua historicidade e espacialidade. Com efeito, tal compreensão permite que se examinem os jogos de interesses presentes no processo de formulação, implementação e avaliação de uma dada Política Pública, haja vista que possibilita verificar como os agentes atuam e se conformam no campo de disputa, seja nos momentos de elaboração, seja nas intervenções.

Serpa (2011), em seu escrito sobre o papel da Geografia frente às políticas, reflete sobre uma indagação instigante: “o que a Geografia tem a dizer, a contribuir, em relação à formulação e à implementação de políticas públicas? [...]” (SERPA, 2011, p. 38). Suas formulações levam-no a

afirmar que a especificidade da dimensão espacial das Políticas Públicas se constitui o cerne da contribuição geográfica ao debate, principalmente quando se analisa a distribuição espacial de programas, planos e projetos governamentais que propiciam novas dinâmicas socioespaciais. Nesse sentido, os conceitos geográficos de escala, território, região, dentre outros “[...] oferecem a oportunidade para a Geografia avançar nessa discussão, norteando-se por uma abordagem dialética e cultural para a análise das Políticas Públicas [...]. Isso dá à Geografia também um papel ativo no campo político [...]” (SERPA, 2011, p. 46).

Mello-Théry (2011) analisa as políticas territoriais como uma das faces de contribuição da Geografia para a temática de Políticas Públicas. Destaca que as relações entre política (e ação) pública e território permitem reflexões e teorizações acerca das abordagens geográficas para a temática em tela, uma vez que parte do pressuposto que a atuação das Políticas Públicas possui reflexos e conflitos espaciais-territoriais, os quais são o cerne da gestão do território.

As teorizações geográficas sobre as Políticas Públicas, segundo Mello-Théry (2011), apontam para quatro direções: 1) Constatação de que a Política Pública fomenta novas dinâmicas no território. 2) Análise crítica da atuação estatal em favor dos segmentos com maior poder econômico e político. 3) Discussões que indicam a necessidade de intervenção do Estado na regulação das ações sociais que repercutem no território. 4) Estudos que buscam compreender que a gestão do espaço e a intervenção territorial devem ser alvo de ação do Estado.

Theis e Galvão (2012) expõem que a formulação de Políticas Públicas é mais efetiva se as espacialidades forem tomadas como dimensão relevante nesse processo. Entretanto, argumentam que os conceitos de espaço, território e região são instrumentos significativos nessa direção. Esse argumento parte do pressuposto que as desigualdades sociais e espaciais são históricas e temporais, o que requer seus entendimentos para que haja mais efetividade na execução de ações estatais.

Rocha (2012) empreende um estudo sobre a seletividade espacial das Políticas Públicas, com base no conceito de território urbano como categoria operacional, e a baixada fluminense como espaço analítico. Nesse caminho, Rocha (2012, p. 101) questiona: Como se pode “[...] pensar as políticas públicas a partir de uma reflexão geográfica no urbano? b) De que forma essas políticas públicas se apresentam no urbano e que exemplos podem ser evidenciados? [...]”. Assim, parte do pressuposto que as Políticas Públicas são práticas espaciais que se processam e dinamizam a produção do espaço urbano em suas mais diversas dimensões. Conclui que há poucas reflexões sobre a ação dos agentes produtores do espaço urbano que ultrapassem a díade consumo/produção econômica, o que requer que se busquem analisar os elementos políticos presentes nas espacialidades. Enfim, faz-se necessário discutir “[...] a acessibilidade, integralidade, efetividade dos direitos sociais e humanos que, de alguma forma, não efetivam a construção plena da cidadania pela forma seletiva em que as políticas públicas se especializam no urbano” (ROCHA, 2012, p. 100).

Bueno e Lima (2014) analisaram as interfaces entre a Geografia e as Políticas Públicas a partir de um dos projetos da Agenda 2015 de Teresina (instituída como Plano Diretor em 2002) voltado para o setor saúde da cidade. Para os autores, as formas e conteúdos espaciais se dinamizam com a implementação de uma dada política por ensejar novas práticas socioespaciais. Ou seja, asseveram que:

[...] as ações sobre o espaço geográfico, prevista nos programas da Agenda 2015, trazem e trarão, materializadas em sua completude, uma série de modificações espaciais, que abrangem desde a disposição das coisas físicas (as formas) até as práticas sociais (os conteúdos) que nesse espaço se desenrolam (BUENO, LIMA, 2014, p. 16).

Ribeiro (2014) discute a contribuição geográfica no campo das Políticas Públicas por meio do conceito de território usado. Considera que a díade forma/conteúdo (objeto e ações) é condicionante para a formulação e implementação de Políticas Públicas, uma vez que as multifaces do poder impelem examinar não somente a ação estatal, mas outros atores não estatais na condução das ações governamentais. Aponta que as inter-relações analíticas entre território usado e Políticas Públicas direcionam para três perspectivas de estudos: 1) O território

preexistente representa rugosidades ou facilidades à execução de políticas. 2) O território é (re)produzido por uma multiplicidade de sujeitos. 3) Compreensão do território usado como totalidade, o que permite a implementação de Políticas Públicas menos setorializadas.

Rodrigues (2014) tece considerações acerca de como o geógrafo pode contribuir para o debate e ação política em novos contextos e rearranjos espaciais. Nessa vertente, a autora situa sua discussão nos campos temático, epistemológico e metodológico. Ao compreender as Políticas Públicas como intervenções de sujeitos investidos de poder público, as quais irão incidir diretamente em práticas territoriais, afirma que a contribuição do geógrafo consiste em análises das dimensões espaciais dos problemas públicos, uma vez que decisões e ações promoverão a (re)construção de novos (re)arranjos espaciais.

Vaz (2014), ao analisar uma política setorial, argumenta que o conceito de espaço é relevante para que as políticas de saúde possam atingir seus objetivos. Com efeito, a Geografia, por meio da análise espacial, deve ser utilizada na elaboração, implementação e avaliação de Políticas Públicas em saúde. Dentre as ferramentas que podem ser utilizadas, o autor cita os sistemas de informações geográficas, cartografias temáticas, análises ambientais, dentre outras.

Souza (2015) examina as relações entre Políticas Públicas e desenvolvimento territorial a partir da análise do Programa Territórios da Cidadania em São Paulo. Apesar de discutir uma política específica, o Programa de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF), o autor busca compreender as implicações socioeconômicas e espaciais dessa ação governamental em espaços rurais, o que o faz relacionar Políticas Públicas com desenvolvimento territorial. Suas conclusões apontam que descortinar a ação, a participação dos agentes, a disputa de poder na busca por recursos e infraestruturas, e a formação de instâncias coletivas não são suficientes para a compreensão o desenvolvimento territorial, incitado pela formulação e implementação de uma dada política pública. Na perspectiva do autor, faz-se imprescindível que estudar:

[...] uma política pública ou programa de governo com a interface do desenvolvimento, na perspectiva dos espaços rurais, e buscar subsídios com base em suas realidades, é preciso ter claro a questão de temporalidade, espacialidade, agentes envolvidos, a noção de desenvolvimento e territórios definidos nas diretrizes e na operacionalização dos programas (SOUZA, 2015, p. 332-333).

As ideias de Souza (2015) remetem às multifaces da produção espacial, seja urbana, seja rural, as quais condicionam e são condicionadas em todo o ciclo das Políticas Públicas. Com efeito, para entender como as ações públicas dinamizam a diáde forma/conteúdo e promovem (re)arranjos espaciais por meio de práticas, compreendidos como “[...] ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos[...], caracterizadas por uma escala temporal limitada” (CORRÊA, 2007, p. 68-69), é necessário que se pense na dimensão política embutida nos processos espaciais.

Fernandes (2015) analisou a produção de trabalhos da Geografia que versam sobre Políticas Públicas, deste modo, parte do suposto que as Políticas Públicas possuem uma dimensão espacial que tem sido pouco explorada pelos geógrafos. Nesse sentido, visou historicizar o papel da Geografia no campo das Políticas Públicas e discutir os estudos já produzidos no Brasil a partir das teses dos programas de Pós-Graduação em Geografia acerca dessa relação. Suas incursões concluíram que ainda é frágil o interesse dos geógrafos pelas Políticas Públicas, e, quando tal interesse ocorre, em geral, se concentra em estudos de casos. Contudo, verifica-se que, apesar da fragmentação das pesquisas nesse campo temático, é notório o crescimento do número de pesquisas que analisam a espacialidade das Políticas Públicas.

Teixeira e Paula (2017) discutem as interpenetrações entre Estado, Políticas Públicas e território, com base em quatro programas governamentais, são estes: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Bolsa Família; Minha Casa Minha Vida (MCMV) e Programa Universidade para Todos (PROUNI). Suas análises deduziram que o território deve ser pensado desde a formulação até a avaliação das políticas públicas, uma vez

que as estruturas sociais presentes em cada fração espacial são condicionantes para a materialização das políticas.

As discussões tecidas apontam que a Geografia pode contribuir na análise das Políticas Públicas de forma substancial a partir de seus conceitos analíticos, principalmente o de Território. Na verdade, os estudos aludidos, mesmo que não coloquem o território como central em suas digressões, indicam que as materializações das Políticas Públicas empreendidas se dão sobre um espaço dotado de objetos e ações, os quais podem ser lidos a partir das espacialidades.

TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

A (re)produção espacial se concretiza na configuração de territórios, territorializações, desterritorializações e reterritorializações, entendidos, na perspectiva de Corrêa (2007), como processos e práticas espaciais. Nesse sentido, muitos estudos geográficos têm se debruçado sobre o conceito de Território e sua operacionalização para o entendimento das produções espaciais cotidianas. De fato, a noção de território, seus processos e práticas espaciais tornam-se primordiais para os estudos das inter-relações entre a Geografia e as Políticas Públicas em função de que um conceito serve como elemento que dá significação e permite descortinar os objetos sobre os quais se aplica (SPOSITO, 2004).

As pesquisas de Silva (2010; 2016), Fernandes (2013) e Fuini (2015; 2015a, 2016; 2017; 2017a; 2017b; 2018) procuram sistematizar a historicidade do avanço conceitual de território na geografia brasileira e suas nuances com os estudos internacionais. Esses estudos evidenciam que a partir de 1980, esse conceito agrega novas configurações com o fito de compreender os fenômenos em sua dinamicidade espacial e social.

Silva (2010) realizou uma pesquisa sobre o conceito de território, na história do pensamento geográfico brasileiro, a partir de revisão bibliográfica e entrevistas com notáveis geógrafos que abordam a temática. Suas conclusões apontam que há diversidade de concepções desse conceito posto não haver um consenso quanto a posicionamentos teóricos e metodológicos, o que resulta em epistemologia, convergência filosófica e política diferenciadas. Com efeito, surge “[...] a pluralidade das abordagens acerca do território, da Geografia, do que é geográfico, da finalidade “estratégica” do saber geográfico” (SILVA, 2010, p. 318).

Noutra produção, Silva (2016) investigou as abordagens territoriais na produção geográfica brasileira de 1980 a 2012, a partir de levantamentos das pesquisas apresentadas nos eventos da Associação Geográfica Brasileira (AGB) e nas dissertações e teses dos diversos programas de Pós-Graduação em Geografia do Brasil. Suas conclusões indicam que as temáticas abordadas centram-se em microterritorialidades, desterritorialização, movimentos sociais e luta pela terra, território, fronteiras e soberania na Geografia política, planejamento e ordenamento territorial, e, por fim, políticas territoriais e ideologias geográficas. Destarte, a ideia de território é concebida como “[...] polissemia (muitos sentidos e significados são atribuídos ao conceito de território) e polifonia nos estudos que têm o território como categoria central de análise ou como conceito” (SILVA, 2016, p. 42).

Fernandes (2013) analisou os conceitos de território e lugar, no âmbito da Geografia, e como estes se fizeram presentes nas teses dos cursos de Pós-Graduação em Geografia no período de 2001 a 2011. Conclui que são diversas as concepções teóricas e metodológicas das pesquisas escrutinadas, mas com alguns traços em comum: 1) Identificação do território com as relações de poder. 2) Dissociação de território com a figura do estado, tão marcadamente presente na Geografia tradicional. 3) Entendimento do território por meio das ações cotidianas, a produção simbólica e suas concretizações no espaço.

Fuini (2015) discute a contribuição de autores brasileiros para a incorporação de novos elementos na constituição dos territórios, e afirma que, atualmente, os elementos econômicos, produtivos e culturais permitem a saída de uma visão do território apenas do ponto de vista político e histórico para uma concepção que internaliza “[...] a pluralidade e multiescalaridades das formas de apropriação do espaço, considerando as territorialidades e dimensões relacionais” (FUINI, 2015, p. 139). Outra análise foi produzida para discutir a concepção de território em Milton Santos, em que se concluiu que o território usado é central nas obras

miltonianas, o qual revela a complexidade social em todas as suas faces e a dialética em sua produção, fruto do comportamento do território como recurso e como abrigo das relações de produções do espaço (FUINI, 2015a).

Fuini (2016) busca compreender a popularização e construir um panorama da produção da Geografia acerca do conceito de território, com base em pesquisas geográficas que o colocam como centrais desde os anos de 1980. Suas conclusões apontam que tem havido produção crescente sobre esse conceito, identificado principalmente com a Geografia humana, e sob diversos objetos, uma das revelações de seu caráter multidimensional atual. Ademais, verifica-se um espraiamento do interesse pelo Brasil, mas com concentração no eixo São Paulo / Rio de Janeiro.

Caracterizar a conceituação de território, na Geografia brasileira, a partir de suas dimensões política, econômica, social, cultural, as influências filosóficas e de outros campos disciplinares, é o escrutínio realizado por Fuini (2017). Sua exposição aponta, em uma perspectiva histórica da abordagem territorial, para seis grandes eixos temáticos nos estudos de território na geografia brasileira: 1) Território como substrato contemplativo – descrição de formação territorial realizados por autores do século XIX. 2) Território como unidade orgânica da nação – fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX, análises do território como espaço de ações estatais. 3) Discussões no âmbito da geopolítica. 4) Território como produto e condição das relações de produção – baseado numa releitura da teoria marxista. 5) Território definido por relações de poder multiescalares – vislumbra entender a lógica reticular do poder e suas concretizações espaciais. 6) Território material/imaterial de autonomia e soberania – mais contemporânea, que herda as dimensões das anteriores e incorpora o viés cultural em suas discussões.

Na verdade, Fuini (2017) conclui que os estudos de território incorporam, atualmente, derivações (territorialidades, microterritorialidades, processos de T-D-R, dentre outras) para compreender as ações de poder espacializadas, suas dinâmicas históricas e espaciais. Com efeito, tais aplicações materializam o conceito como instrumento analítico da realidade socioespacial. Nesse sentido, os pesquisadores, ao trabalhar com o conceito de território, buscam examinar como as relações de poder dinamizam processos e ações sobre os objetos, o que faz convergir para uma noção de território em redes, com limites variáveis.

Em Fuini (2017a), há um debate acerca da transição modernidade e pós-modernidade, e como o conceito de território tem se conformado nesse contexto de transformações. Para o autor, os eixos território e territorialidades no rural e urbano, território e territorialização do desenvolvimento e a governança, território e ativismos sociais/sindicais e território na geografia escolar, possuem nuances que precisam ser melhor captadas e que evidenciem um território menos enraizado na escala nacional e passe para a local/regional, bem como revele as multifaces que estruturam e são estruturadas no território.

A produção bibliográfica de Rogério Haesbaert, acerca de Território e suas variâncias, foi objetivo analítico em Fuini (2017b). Nessa direção, afirma o autor que Haesbaert em suas obras concebe o território como materialização nas formas espaciais das “[...] forças e estratégias de dominação material e apropriação simbólica sobre o espaço e que envolve mais de uma dimensão (não só a política) e diferentes perspectivas espaciais escalares (do local ao global) [...]” (FUINI, 2017b, p. 27). Com efeito, essa dinâmica é resultante de uma lógica zonal e reticular de redes, a qual promove “[...] enraizamentos e desenraizamentos cada vez rápidos e desestabilizadores que configuram um universo de multiterritorialidades e territorialidades múltiplas (sucessivas)” (FUINI, 2017b, p. 27).

Ainda no âmbito de sistematização de pesquisas já elaboradas acerca do conceito de território, Fuini (2018) mergulha na produção de geógrafos brasileiros sobre a temática. Destarte, faz-se uma caracterização das ideias e matrizes dos principais autores desde os anos de 1970 para inferir que a noção de território ganha novos aspectos para além da vertente político-histórica, uma vez que há substanciais avanços nas dimensões econômicas e culturais, o que permite a conceituação do território não mais como espaço fixo e material, mas como concretizações de territorialidades plurais e multiescalares.

Dentre os geógrafos brasileiros, Haesbaert (1995; 2002; 2003; 2006; 2007; 2010; 2011; 2014; 2015) tem se dedicado profundamente à discussão epistemológica de território e sua operacionalização como forma de compreensão das produções espaciais atuais. Suas reflexões centram-se nas dimensões políticas e culturais incorporadas à dimensão econômica do território, o que o leva a compreendê-lo como a dimensão espacial das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço, conotações materiais e simbólicas do território, ancorando-se na discussão lefebvriana de dominação e apropriação espacial, em que busca entender o território em uma visão integradora.

A ideia de identificação e apropriação espacial via territórios construídos cotidianamente pela sociedade remete ao poder, que é imanente na construção de territórios. Decorre, portanto, que se devem distinguir os sujeitos que exercem o poder efetivamente e que controlam o(s) espaço(s), assim como os processos sociais que o(s) compõe(m) para compreender o território e os processos de (des)territorialização (HAESBAERT, 2007).

A concepção mais antiga e pouco utilizada na atualidade de território refere-se a ele com base nas relações sociedade e natureza, particularmente na relação “natural” dos homens com o ambiente físico, elaborada, principalmente, a partir das proposições ratzelianas, em que o meio acaba por determinar as práticas sociais sobre o espaço (MORAES, 2005; HAESBAERT, 2011).

Atualmente, a ideia de território é compreendida sob três dimensões: 1) Política – nesta, refere-se às relações entre espaço e poder em geral, assim como as já institucionalizadas juridico-politicamente, em que o território se constitui em um espaço delimitado, com fronteiras definidas, vinculado, principalmente, ao poder político estatal. 2) Cultural ou simbólico-cultural – nesta, o território é analisado a partir da dimensão simbólica e subjetiva como resultado da apropriação e valorização do espaço vivido. 3) Econômica – nesta, o território é visto como fonte de recursos e incorporado aos conflitos das classes sociais e na relação entre capital e trabalho (HAESBAERT, 2011).

Essas dimensões que conformam o território não são dissociáveis, mas inter-relacionadas. Nesse sentido, o desvendamento dos conteúdos e espacialidades dos territórios, assim como dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) requer uma abordagem que considere dois binômios: 1) Materialismo-idealismo. 2) Espaço-tempo como historicidade e geograficidade enquanto definidores da produção do espaço geográfico (HAESBAERT, 2011).

Dessa forma, a noção de território remete à ideia de um espaço delimitado por e a partir das relações de poder, as quais fomentam a identificação e gestão de um grupo social por um dado espaço (HAESBAERT, 1995) e envolvem as dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais que permeiam a sociedade. A partir dessa compreensão, torna-se possível discutir a acessibilidade territorial no binômio i-mobilidade (HAESBAERT, 2015) e vislumbrar os processos de contenção existentes nos territórios (HAESBAERT, 2014). Enfim, o território deve ser analisado “[...] num sentido relacional, isto é, através dos processos de des-re-territorialização, em toda a complexidade das relações de poder e i-mobilidades aí envolvidas” (HAESBAERT, 2015, p. 92). Destarte, compreende-se o território por e a partir das relações de poder, desde o “[...] poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2011, p. 79).

As ideias de tessituras sociais realizadas diariamente e suas nuances com as relações de poder traduzem o papel da sociedade em animar, funcionalizar, simbolizar e significar as formas espaciais, o que confere distintos conteúdos aos territórios eivados de relações de dominação e apropriação do binômio sociedade/espaço, as quais “[...] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica [...]” (HAESBAERT, 2011, p. 96).

Contribuem para a discussão de território as pesquisas de Saquet (2006; 2007; 2009; 2010; 2011), as quais se pautam na literatura italiana e suas nuances com a brasileira, com o fito de evidenciar que o território precisa ser analisado em suas dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais (E-P-C-N), em uma perspectiva relacional, em que as relações de poder contidas nas tessituras sociais se fazem presentes numa dialética de dominação e apropriação,

o que acaba por configurar o território como uma espacialidade fruto das relações socioespaciais.

Com efeito, a compreensão de território como produto da relação espaço/tempo implica analisar as formas espaciais empreendidas pela sociedade em um dado momento e as ações necessárias à sua constituição e manutenção. Desta forma, para a compreensão do território, deve-se partir de abordagens relacionais-processuais, as quais possuem uma história e multiescalas, o que requer que a diáde ideia e matéria seja analisada em unidade (SAQUET, 2010).

Saquet (2006) se debruça sobre a formação do território a partir dos movimentos socioespaciais de temporalidades e territorialidades, o que o torna um resultado e condição do processo histórico e com relações trans-escalares. Com efeito, argumenta que alguns aspectos são essenciais para que se compreendam as dinâmicas das (re)produções territoriais: 1) Análise das des-continuidades inerentes nas contradições e relações de poder tecidas pelas dinâmicas econômicas, políticas e culturais. 2) Compreensão das múltiplas formas e relações interativas entre essas dimensões. 3) Identidade territorial. 4) Articulações em rede como movimento único. 5) Exame das condições naturais dialeticamente nos processos territoriais. É essa dinâmica que leva Saquet (2007) a elaborar sua abordagem múltipla e (i)material do território, a qual “[...] significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza” (SAQUET, 2007, p. 71), e que configura múltiplas formas e conteúdos.

A ideia de constituição das territorializações em movimento, realizadas pela sociedade a partir da dominação e apropriação espacial, significa, também, que os sujeitos devem controlar os fluxos e criar referenciais espaciais que os identifiquem. Nessa senda, afirma-se que “[...] o território é um ato, uma ação, uma *relação*, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle (HAESBAERT, 2011, p. 126-127).

A discussão dos processos de T-D-R implica analisar as relações de poder que se estabelecem, se conflitam e se tornam consensuais no jogo das relações sociais, uma vez que o poder se encontra, também, nas microrrelações sociais. Nesse sentido, o poder passa a existir entre os sujeitos sociais quando eles se unem, desaparecendo com a dispersão desse grupo. Poder, nesse sentido, envolve um campo de forças que extrapolam a atuação estatal, por envolver e estar envolvido na vida cotidiana. Destarte, o “[...] território, nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade [...]” (SAQUET, 2010, p. 33).

Raffestin (1993), em sua análise da geografia do poder e suas repercussões sobre a produção espacial do território, infere que o poder é objetivado por meio de relações sociais de dominação. Sob este aspecto, as ações humanas sobre um dado espaço implicam em produções de territorialidades espaciais, as quais “[...] assentam-se na construção de *malhas, nós e redes*, delimitando *campos* de ações, de poder, nas práticas espaciais e constituem o território, como materialidade” (SAQUET, 2010, p. 75-76).

As dinâmicas de construção de redes que delimitam campo de ações e de poder dos agentes produtores do espaço na (re)produção de territórios ensejam que se relacionem as transformações que o processo de globalização encerra nos movimentos de T-D-R, uma vez que a instantaneidade comunicacional vivida permite a construção de redes que “[...] configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastantes distintos da territorialização dominante da modernidade clássica” (HAESBAERT, 2011, p. 281).

A ideia de territórios descontínuos, fragmentados e superpostos e suas relações com o processo de globalização, discutida em Haesbaert (2011), se sustenta nos avanços tecnológicos, nos meios de transportes ou nos de telecomunicações, os quais possibilitam novas configurações de redes, materiais e imateriais. Assim, de acordo com Santos (2006), o território deve ser tomado a partir do seu uso e dos atores que deles se utilizam, o que implica a valorização diferenciada dos espaços pelo capital. Essas diferenças consistem nas infraestruturas que os lugares oferecem para a reprodução e organização das relações capitalistas de produção.

Nessa direção, “[...] uma territorialização ou desterritorialização é, *sempre e em primeiro lugar*, um processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço [...]” (SOUZA, 2013, p. 102). Compreender, assim, o território e a territorialização como processo leva à noção da (i)materialidade processual, uma vez que “[...] as *obras* estão nos *conteúdos*, nas territorialidades, e estas nas *obras* [...]”. A (i)materialidade ocorre na relação E-P-C-N, no território, na territorialidade, na vida [...]” (SAQUET, 2010, p.160).

A ideia de (i)materialidade do território exige que se pense nas articulações entre o substrato físico e as ações humanas que nele são tecidas diariamente, pelos diversos agentes produtores do espaço, e as diversas inter-relações entre o local e o global. Portanto, o território “[...] *multiescalar e multitemporal*; processual/relacional; identidade/unidade e movimento. Há, sempre, *recriação, novas territorialidades, novas identidades, novos arranjos territoriais, redefinições, novos significados, com des-continuidades*” (SAQUET, 2010, p. 163).

Por conseguinte, ao pensar em território e em sua construção, se faz necessário entender que ele se define “[...] antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também, relações de poder” (HAESBAERT, 2006, p. 54). Contudo, não se pode esquecer que essas relações de poder são, primeiramente, mediadas pelo espaço, e mediação espacial não significa apenas o substrato físico determinante dos comportamentos sociais, posto que ele serve como base da (re)produção social da vida cotidiana e influencia os relacionamentos entre as pessoas e entre elas e os espaços que as rodeiam. Então, o espaço físico constitui-se como produtor e produto de uma dada realidade social, estabelecendo-se em uma dialética infundável; daí poder afirmar-se que refletir sobre o território implica examinar as suas internalidades e externalidades (HAESBAERT, 2011).

É, pois, numa perspectiva de dinamicidade, marcada por ritmos de circulação e produção do território, que este é entendido como relacional, ou seja, uma relação complexa entre os processos sociais e o espaço material, envolvendo, portanto, “[...] o movimento, a fluidez, as conexões” (HAESBAERT, 2006, p. 55). A noção de território relacional se assenta na ideia de que, se a produção do território se realiza em um substrato físico, é a natureza das relações humanas que dá sentido à vida do território. Com efeito, relações de poder emergem das práticas sociais empreendidas sobre o espaço, o que revela os conteúdos das formas e permite que se discutam as articulações e desarticulações intra e interurbano, concretizando uma dinâmica local, regional, nacional e global (HAESBAERT, 2010). Nessa perspectiva é que Souza (1995) afirma que o território se torna quase sinônimo de espaço social, entendendo-se a forma como importante, mas não suficiente, para o prisma do olhar geográfico, fazendo-se necessário desvelar o conteúdo nelas impresso.

Logo, o território é apreendido como um espaço definido por e a partir de relações de poder, as quais têm origem nas apropriações e usos dos substratos físicos espaciais, que se materializam nas relações sociais presentes nessa espacialidade, desde sua gênese à sua gestão (SOUZA, 1995). Concebendo-o assim, a materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica, um conteúdo técnico e se inter-relacionam na condição de técnica, seja na sua realização, seja em sua funcionalidade (SANTOS, 2008). Discutir a gestão do território é analisar as práticas que criam e controlam a organização espacial, centradas na dada forma/conteúdo. Como afirma Corrêa (1992, p. 115), “[...] em última instância, a gestão do território constitui poderoso meio que visa, através da organização espacial, viabilizar a existência e a reprodução da sociedade”.

Pensar a gestão do território como mecanismo que viabiliza a existência e reprodução da sociedade significa compreender os agentes produtores do espaço e suas ações ao longo do tempo, o que torna necessário analisar os processos e práticas espaciais (CORRÊA, 2007). Nesse sentido, os produtores do espaço – proprietários fundiários, promotores imobiliários, detentores dos meios de produção, Estado e grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989) – agem ora de forma articulada ora conflituosa, em determinados momentos, na busca de manutenção de reprodução do sistema, seja no intento de maior equidade social, seja na manutenção das desigualdades existentes.

Com efeito, as Políticas Públicas formuladas e implementadas sobre uma dada realidade incrementa os processos de produção espacial uma vez que dinamiza os conteúdos que

produzirão (re)arranjos espaciais. Essas novas (re)configurações espaciais, materializadas em processos e práticas espaciais (CORRÊA, 2007), ensejarão a (re)constituição de territorializações, desterritorializações e reterritorializações (HAESBAERT, 2011) na (i)materialidade do território (SAQUET, 2011). Nesse sentido, o conceito de Território possui instrumentalidade significativa para analisar as espacialidades das Políticas Públicas.

Na verdade, Souza (2006), ao traçar os elementos intrínsecos das Políticas Públicas, permite que se reflita como a Geografia pode contribuir nesse debate. Ao admitir que a Política Pública envolve diversos sujeitos e níveis de decisão em todo o seu ciclo, revela elementos variados a serem analisados. Um dos primeiros aspectos a serem discutidos refere-se às relações de poder presentes nos momentos de formulação, implementação e avaliação das Políticas Públicas, as quais incidirão sobre o espaço, o que determina o caráter eminentemente político deste, uma vez que não se pode pensar espaço sem refletir sobre relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Destarte, ao se formular uma Política Pública concebe-se que os atores envolvidos possuem poderes diferenciados que interferirão significativamente na formulação, execução e avaliação. É nessa perspectiva que Melazzo (2010) infere que as elaborações de Políticas Públicas acabam por se constituir em um campo de lutas, no qual se travam conflitos de interesses diversos e politizam a temática, além de evidenciar que não somente os atores estatais se configuram como centro de poder e da política.

A reflexão das relações de poder liga-se intimamente com a (re)produção de territórios, uma vez que, para sua compreensão, se faz necessário perceber como se dão os usos, a gestão e as ações de poder pelos agentes envolvidos em sua produção. De fato, os processos de T-D-R partem da perspectiva de que “[...] o território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e imateriais e do exercício da vida [...]” (SANTOS, 2006, p. 14).

A ideia de Santos (2006) aponta para a discussão do território usado, o qual a partir de seus elementos materiais e imateriais condiciona e é condicionado pelas Políticas Públicas. Com efeito, as análises do ciclo das Políticas Públicas podem se utilizar dos referenciais dos territórios para que se vislumbrem os atores, suas composições e realidades vividas. Enfim, o território pode ser visto como conceito referencial na mediação entre as ações estatais e as populações objeto dessas ações, uma vez que “[...] a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é território [...]” (SANTOS, 2006, p. 13).

As palavras de Santos (2006) trazem à tona o quão a Geografia, por meio do conceito de território, possibilita discussões ricas das interfaces entre esse campo disciplinar e as Políticas Públicas, uma vez que é a dimensão espacial da temática que permite refletir indagações sobre “[...] a distribuição espacial dos programas, planos e projetos no território nacional e as desigualdades regionais advindas da formulação e da implementação das políticas públicas no Brasil [...]” (SERPA, 2011, p. 37).

De fato, ao se refletir sobre as inter-relações entre Política Pública e Território verificam-se dinâmicas produzidas pelas atuações políticas sobre um dado espaço em função de quatro considerações: 1) Apropriar-se do espaço-território significa localizar, assentar e funcionalizar com o fito de reconhecimento e identidade pelos agentes produtores. 2) Controlar o espaço/território requer uma organização social sintonizada nas dimensões econômica, política e ideológica-cultural. 3) A gestão do espaço e a intervenção territorial pressupõem uma organização territorial que vise concretizar os objetivos perseguidos pelos sujeitos detentores do poder. 4) A política territorial, compreendida como um conjunto estratégico de propostas, deve assumir formas adequadas ao espectro de interesses que controlam o poder político (MELLO-THÉRY, 2011).

As considerações de Mello-Théry (2011) indicam que as produções territoriais são (i)materiais (SAQUET, 2001) e concretizam territórios múltiplos (HAESBAERT, 2011) que requerem imersões em todas as relações sociais para que se compreenda sua (re)produção. É nesse sentido que as reflexões de Serpa (2011) visam compreender como se configuram a cultura e o poder na formulação de políticas públicas de desenvolvimento territorial e cultural e suas interfaces entre as escalas geográficas e a regionalização na Bahia. Ao ater-se na primeira

fase do ciclo das Políticas Públicas – formulação, o autor discute acerca da participação social nesses encontros propiciados pelas possibilidades que os programas dos Ministérios da Cultura (MINC) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) concretizaram na Bahia.

As discussões sobre participação social remetem Serpa (2011) a relacioná-la com cidadania, em que uma de suas faces seja a apropriação do território (i)material. Assim, as relações entre sociedade civil e Estado nos processos de formulações de políticas públicas evidenciam o tripé conceitual de território – poder, gestão e identidade. A Geografia nessa temática pode contribuir com reflexões sob, ao menos, duas questões: 1) Proporcionalidade entre sociedade civil e Estado na formulação e avaliação das políticas públicas. 2) Os recortes espaciais utilizados são apropriados para aproximações da sociedade e as instâncias de planejamento e gestão territorial (SERPA, 2011). Na verdade, Serpa (2011) analisa uma das facetas das relações entre Políticas Públicas e território – formulação, para definir os dois aspectos a serem discutidos, fato que enseja outras indagações para os processos de implementação e avaliação das ações públicas sobre um dado espaço.

Com efeito, pensar sobre planejamento e gestão territorial exige que o conceito de território seja uma das bases para o estudo das políticas públicas. Por isso, mesmo guardando as devidas proporções do seu uso conceitual, os estudos de Melazzo (2010), Serpa (2011), Mello-Théry (2011), Theis e Galvão (2012), Rocha (2012), Ribeiro (2014), Vaz (2014), Rodrigues (2014), Souza (2014), Bueno e Lima (2014) e Teixeira e Paula (2017) indicam a operacionalidade conceitual de território para a análise das interfaces entre Geografia e Políticas Públicas. De fato, em todas as fases do ciclo das políticas públicas têm-se a produção de novos (re)arranjos espaciais, os quais incidirão em processos de T-D-R (HAESBAERT, 2011) dada a (i)materialidade do território (SAQUET, 2010).

CONCLUSÃO

Apesar de ser recente o interesse dos geógrafos pela dimensão espacial das Políticas Públicas, verifica-se uma quantidade significativa de pesquisas produzidas no Brasil sobre a temática nos programas de Pós-Graduação em Geografia. Ademais, desde 2013, há um grupo de discussão sobre “Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais” no Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE).

Políticas públicas referem-se às decisões e ações voltadas para a resolução dos problemas sociais por parte dos agentes estatais. Com efeito, as interfaces entre a Geografia e as Políticas Públicas são reveladas quando se analisa a espacialização destas sobre o espaço geográfico. Na verdade, refletir sobre a concretização de Políticas Públicas requer que se pense em todo o seu ciclo – formulação, implementação e avaliação, fato que sugere a compreensão de toda a dinâmica espacial na (re)produção do espaço.

Nessa (re)produção espacial, os territórios são (re)constituídos constantemente – territórios relacionais e processuais, e seus usos, gestões e relações de poder nele imbricados são condicionados e regulam a execução de Políticas Públicas. Destarte, discutir os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e suas inter-relações com ações públicas que promovem novos (re)arranjos são contribuições significativas da Geografia. Na verdade, a apropriação, controle e gestão do espaço/território remetem para as dinâmicas contidas nas políticas territoriais, as quais podem ser apreendidas a partir do conceito de território.

Enfim, compreender a espacialidade das políticas públicas não significa apenas analisar suas interferências nas disposições físicas das coisas, mas examinar as repercussões nos conteúdos presentes nos espaços, os quais possuem dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. Nessa toada, as dinâmicas empreendidas, por todo o ciclo das políticas públicas, frente ao espaço, implicarão em novos dinamismos na díade forma/conteúdo, as quais podem ser lidas com base no conceito de território.

REFERÊNCIAS

BUENO, P. H. de C.; LIMA, A. J. de. As interfaces entre a Geografia e as Políticas. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Santa Catarina: Florianópolis, v. 15, n. 106, p. 140-160, jan./jun. 2014. Disponível em:

<Públicashttps://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2014v15n106p140/pdf_5>. Acesso em: 1 setembro de 2018.

<https://doi.org/10.5007/1984-8951.2014v15n106p140>

CORRÊA, R. L. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. *Revista Cidades*, Presidente Prudente, SP, v. 4, n. 6, p. 61-72, 2007. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/570/601>>. Acesso em: 1 setembro de 2018.

_____. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Anuário do Instituto de Geociências*. 1992, v.15, p. 35-41. Disponível

em: <<http://papegeo.igc.usp.br/pdf/anigeo/v15/v15a06.pdf>>. Acesso em: 15 junho de 2015.

_____. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

FERNANDES, M. de O. Os conceitos de território e lugar na contemporaneidade: a produção nas teses de Pós-Graduação em Geografia de 2001 a 2011. 2013. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2013. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9389/FERNANDES%20%2c%20MARIANE%20DE%20LIVEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

FERNANDES, S. W. R. Contribuições da ciência geográfica às Políticas Públicas. 2015. 221f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19198/1/2015_SuellenWalaceRodriguesFernandes.pdf>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

FUINI, L. L. A abordagem sobre o território em autores da geografia brasileira: mutações de um conceito. *Geographia*, vol. 20, n. 42, jan./abr. 2018. Disponível em:

<<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/740/786>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

<https://doi.org/10.22409/geographia.v20i42.740>

_____. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. *Cuadernos de Geografía*, v.26 (1): 221-242, 2017. Disponível em:

<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5798674>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

<https://doi.org/10.15446/rcdg.v26n1.56791>

_____. Território, territorialidades e suas multiplicidades: um ensaio sobre a transição.

Revista Orbis Latina, v. 7, n. 3, jul. 2017a. Disponível em:

<<https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/968/798>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

_____. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017b. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589/pdf>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

<https://doi.org/10.5902/2236499422589>

_____. A pluralidade do território na geografia brasileira: um panorama contemporâneo.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 38, v.2, p. 5-23, ago./dez. 2016.

Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5498/4097>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

_____. A tradição da geografia brasileira na discussão sobre o território: uma investigação preliminar. *Revista estudos Geográficos*, Rio Claro, 13(0): 128-146, jan./jun. 2015. Disponível em:

<<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/9800/6841>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

_____. Território e territórios na leitura geográfica de Milton Santos. *Brazilian Geographical Journal - Geosciences and Humanities Research Medium*, Ituiutaba, v. 6, n. 1, p. 253-271, jan./jun. 2015a. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/28837/18014>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

HAESBAERT, R. Sobre as i-mobildiades do nosso tempo (e de nossa cidade). *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 4, número especial, p. 83-92, dez. 2015. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14nspe/1984-2201-mercator-14-04-spe-0083.pdf>>. Acesso

em: 2 agosto de 2018.

<https://doi.org/10.4215/RM2015.1404.0006>

_____. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. Regional - Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia (UFF), v. 17, p. 19-45, 2007. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et. al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.17-38.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

_____. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E. de; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-205.

HARVEY, D. Que tipo de Geografia para que tipo de Política Pública? In: Boletim Campineiro, v. 7, n. 2, p. 485-498, 2017. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/361/2017v7n2_Traducao_DHArvey>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de Políticas Públicas: desafios à análise e à prática do planejamento e da gestão. In: TÓPOS, Presidente Prudente, v. 4, n. 2, p. 9-32, 2010. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2253/2062>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

MELO, M. A. Estado, Governo e Políticas Públicas. In: ANPOCS. 1999. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/o-que-ler-1970-1995/volume-iii-ciencia-plitica/648-estado-governo-e-poiticas-publicas/file>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

MELLO-THÉRY, N. A. de. Política (e ação) Pública, Território e o papel da Geografia. In: Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 11-19, out. 2011. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6549/3548>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

<https://doi.org/10.5418/RA2011.0701.0002>

MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, L. H. L. Contribuições da geografia às políticas públicas: território usado como condicionante dos programas de fitoterapia do Sistema Único de Saúde (SUS). Boletim Goiano de Geografia. Goiânia, v. 34, n. 2, p. 381-397, maio/ago. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/31738/16934>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

<https://doi.org/10.5216/bgg.v34i2.31738>

ROCHA, A. S. da. Seletividade espacial das Políticas Públicas e o Território urbano - algumas reflexões. In: GeoUERJ, v. 1, n. 23, 2012, p. 99-113. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3711/258>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

<https://doi.org/10.12957/geouerj.2012.3711>

RODRIGUES, J. N. Políticas públicas e geografia: reto-mada de um debate. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81093/pdf_>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.81093>

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. (Cap. 1).

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território e territorialidade. Revista Geográfica de América Central, v. 2, p. 1-16, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/1795/1701>>. Acesso em: 3 abril de 2014.

_____. Abordagens e concepções de território. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de. Leituras do conceito de território e de processos espaciais. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. Geosul, UFSC, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan.-jun, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646/11806>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

_____. Proposições para estudos territoriais. Geographia, n. 15, 2006. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/189/181>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

SERPA, Â. Políticas públicas e o papel da geografia. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, p. 37-47, out. 2011. Disponível em: <ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6551>. Acesso em: 30 março de 2012.

<https://doi.org/10.5418/RA2011.0701.0004>

SILVA, A. C. da. O território no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 27-47, jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/40364/20620>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

<https://doi.org/10.5216/bgg.v36i1.40364>

_____. O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o século XXI: o território na trama das significações imaginárias. Tese. 578f. (Doutorado em Geografia) - Presidente Prudente: UNESP, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105068/silva_ac_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

SOUZA, M. L. de. Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, S. P. de. Políticas públicas e desenvolvimento Territorial: o Programa Territórios da Cidadania no Estado de São Paulo. 2015. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) - Presidente Prudente: UNESP, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/123405/000824481.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 2 agosto de 2018.

SPOSITO, E. S. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004. 199p.

<https://doi.org/10.7476/9788539302741>

THEIS, I. M.; GALVÃO, A. C. F. A formulação de políticas públicas e as concepções de Espaço, Território e Região. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 14, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4101/3999>>. Acesso em: 1

agosto de 2018.

<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2012v14n2p55>

TEIXEIRA, V.; PAULA, R. F. de. Estado, Políticas Públicas e Território: um debate a partir da Geografia Política. In: Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 19, n. 2, p. 21-34, 2017. Disponível em: <<http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/315/314>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

VAZ, D. dos S. A Geografia e as Políticas Públicas em saúde, uma vertente a ser explorada. In: Anais do I Simpósio Mineiro de Geografia - Alfenas, Minas Gerais, 2014. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Dirley%20dos%20Santos%20Vaz.pdf>>. Acesso em: 1 agosto de 2018.

Recebido em: 09/11/2018

Aceito para publicação em: 13/05/2019